

Inglês podem reduzir provisão

por Tom Camargo
de Londres

Bancos britânicos, como o Lloyds e o Midland, que são grandes credores do Brasil, poderão, agora em 1989, reduzir entre 10 e 15% suas provisões para cobertura de empréstimos feitos ao País, anunciou ontem o Banco da Inglaterra (BI — o banco central).

A matriz, recomendada pelo banco até ontem, resultado de crescentes exigências que foram sendo feitas nos últimos seis anos para a criação de um colchão de liquidez contra possíveis choques provocados por moratórias e problemas correlatos, 'recomendava' (vale dizer, exigia) que os bancos britânicos mantivessem provisões para a dívida brasileira da ordem de 26 a 40%. Isto é, para cada libra esterlina emprestada a Brasília, os bancos, dependendo de diversos fatores, deveriam ter em reserva entre 26 e 40 pences.

Com a redução anunciada ontem (e cuja justificativa única é o fato de o Brasil ter saído de sua primeira moratória e pago juros atrasados) os bancos poderão, em princípio, provisionar apenas de 16 a 25 pences por cada libra que tem emprestada ao Brasil.

Mas por que o Banco da Inglaterra, cujo senso de oportunidade e conservadorismo são amplamente reconhecidos, estaria adotando esta atitude mais liberal no exato momento em que as autoridades brasileiras estão flertando com uma nova moratória?

"As provisões finais que serão recomendadas", disse ontem um porta-voz do Banco da Inglaterra, "também levarão em conta a capacidade de o Brasil lidar com sua inflação e seu relacionamento com o Fundo Monetário e o Banco Mun-

dial (...) A matriz para provisões é apenas um dos instrumentos utilizados para avaliar a possibilidade de recuperação das dívidas de países do Terceiro Mundo."

No dia 30 de setembro de 1988, lê-se num apêndice especial do boletim trimestral do Banco da Inglaterra, bancos britânicos e subsidiárias britânicas de bancos estrangeiros detinham US\$ 10,2 bilhões em títulos da dívida externa brasileira.

No momento, a provisão média para a dívida brasileira dos maiores bancos britânicos é de 30 a 35%. Uma redução de 10 a 15% na matriz de provisões não poderá, portanto, ser adotada por todos os bancos. Os que correrem o risco de diminuir suas provisões poderiam, em teoria, irrigar seus resultados do primeiro trimestre de 1989 com dezenas de milhões de libras esterlinas.

"Não adotaremos nenhuma mudança em nossa política de provisões e posso dizer que ela é bastante severa", disse um executivo de um dos dois bancos acima mencionados. "Esta redução que o Banco da Inglaterra está fazendo possível é mera formalidade contábil."

Segundo um trabalho recém-publicado pela consultoria bancária IBCA, de Londres (ver nesta página), a matriz do Banco da Inglaterra para empréstimos a países em dificuldades varia entre percentuais de 5 a 100%. A maioria dos bancos locais já teria reservas entre 25 e 30%, enquanto os quatro maiores (Natwest, Barclays, Midland e Lloyds) teriam algo entre 30 e 34%.

Em outros países a situação das reservas para a cobertura da dívida soberana é a seguinte:

• Estados Unidos: percentagens definidas são aplicáveis apenas à Polônia, Nicarágua, Zaire,

Bolívia, Sudão, Peru e Libéria. Não há regras para outros países. A maioria dos bancos tem reservas entre 25 e 35% de seus portfólios a países soberanos, enquanto a maioria dos bancos menores tem reservas superiores a 50%.

• Alemanha: não há regras formais, "autoridades fiscais são bastante cooperativas, isto é, permitem bom nível de dedução das reservas para fins de imposto de renda. A maior parte dos maiores bancos tem reservas entre 40 e 60%", alguns têm mais do que isso.

• Japão: percentagens variam de país para país. Ministério das Finanças 'orienta' no sentido de uma média máxima de 10% para 39 países com problemas (entre eles o Brasil.) (Este jornal publicou na edição de quinta-feira que o Ministério das Finanças do Japão informou que, em breve, os bancos serão autorizados a aumentar suas reservas sobre empréstimos a países endividados para 15%.)

• França: não há regras formais. Maiores bancos fizeram grandes reservas, numa média de 35 a 40%. Banque Nationale de Paris e Société Générale têm mais de 50%, o Crédit Lyonnais um pouco menos.

• Suíça: orientação é no sentido de que o mínimo seja de 35% para países problemáticos. Maioria dos bancos tem entre 35 e 70%.

• Canadá: 30 a 40% de reservas são exigidas para a 'exposure' agregada relativa a 38 países (Brasil entre eles).

• Suécia: de 35 a 90 para países selecionados. Reservas medidas superiores a 50%.

• Espanha: reserva mínima de 35% para dívidas de países com dívida em reescalonamento. Banco da Espanha (banco central) 'recomendou' reserva mínima de 50% a partir de dezembro de 1988.